

Título: Os desafios do controle de convencionalidade: perspectiva comparada

Autor(es) Thiago Aleluia F. de Oliveira

E-mail para contato: thiago.advogado@gmail.com

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Controle de convencionalidade, diálogos entre jurisdições, proteção multinível dos direitos humanos

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de examinar a importância e os desafios do controle de convencionalidade realizado pelos juízes nacionais (e demais autoridades públicas), que consiste em verificar a compatibilidade das normas jurídicas internas com os tratados internacionais de direitos humanos que um país tenha ratificado. Para conseguir percorrer todo o caminho proposto, serão retratados diversos aspectos complexos da questão central que se aborda nesse texto. Nesse sentido, contextualizar-se-á o controle de convencionalidade, abordando seu conceito, sua evolução jurisprudencial na Corte Interamericana, o parâmetro para efetuar-lo, seu âmbito de cobertura e a viabilidade de seu desenvolvimento de ofício. Ademais, a prática de alguns órgãos que compõe a justiça latino-americana será investigada (especificamente, Brasil, Argentina e México), para perscrutar a sua recepção e o impacto que o controle de convencionalidade tem produzido nos respectivos cenários jurídicos que serão postos em foco. Posteriormente, e antes de ingressar nas valorações conclusivas, é de ser ressaltada a importância da cooperação entre tribunais internos e a Corte Interamericana, devendo se intensificar o diálogo jurisprudencial entre ambas as jurisdições no sentido de fomentar que as Cortes locais passem a adotar uma interpretação conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos. Com esse comportamento, haverá o fortalecimento da proteção multinível dos direitos humanos, diminuindo o risco do aparecimento de dificuldades no uso prático do controle de convencionalidade. Obviamente, toda esta rica e multifacetada questão é desenvolvida por conta do forte crescimento dos espaços de interação do direito processual constitucional, direito constitucional e direito internacional dos direitos humanos, face ao protagonismo que se exige dos tribunais constitucionais. Como será verificada, a colaboração recomendada entre os dois órgãos (interna e interamericana) não aponta para uma relação hierárquica entre si, mas sim uma coexistência entre em prol dos direitos humanos. A metodologia da pesquisa científica em relação à investigação, tratamento dos dados colhidos e relatos dos resultados adotará o método indutivo. Nas diversas fases da pesquisa, foi utilizada a técnica da Pesquisa Bibliográfica.